

# **AUTONOMIA FINANCEIRA: MITO OU REALIDADE NO QUOTIDIANO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU (2006-2007)**

Ilda Maria Baldanza Nazareth Duarte

## **Bolsista:**

Norma Sueli Sampaio Gomes

## **Colaboradores:**

Jane Santos Feu de Abreu  
Maria Aparecida Ferro Marins  
Marli Gomes Pinheiro  
Ana Carolina Mota dos Santos  
Ana Regina Cavalcanti

**RESUMO:** O projeto teve como objetivo, identificar, através da pesquisa realizada em campo, se autonomia financeira é um mito ou uma constatação no chão das escolas, e desse modo desvelar o pensar e o fazer no âmbito da autonomia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autonomia-financeira. Participação. Comunidade Escolar

## **Introdução**

O processo de autonomia que vem ocorrendo nas Unidades Escolares da Secretaria do Estado de Educação desde abril de 1995 através dos Decretos 1925 e 1929 de 03 de abril e Portaria n° 005/95 de 25/04 e posteriormente Lei n° 3067 de 25/09/98 que dispõe sobre a Autonomia das Unidades Escolares das escolas pública do Estado do Rio de Janeiro em seu art° 1° - *estabelece as diretrizes da autonomia, visando a gestão democrática, ao melhor aproveitamento dos recursos e a qualidade da educação e em seu art° 2° explicita que esta autonomia far-se-á através de um conjunto de práticas integradas das esferas administrativas, financeira e pedagógica, com a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar, através das Associações de apoio às Escolas AAES.*

Em 08/12/2004, a Secretaria de Estado de Educação baixa a Resolução n° 2727 complementando a Lei 3067 de 25/09/1998 quanto à atualização das rotinas para a prestação de contas, instituindo no seu artigo 3° *que os recursos serão liberados com base no plano de gestão em parceria com a comunidade em consonância com o*

*planejamento geral da Secretaria de Estado de Educação sendo que os planos de gestão substituem o termo de compromisso das escolas.*

A partir dos Decretos e Resoluções, as escolas encontram-se autônomas, ou seja, recebem recursos diretos do Governo Federal e decidem juntos – direção, professores e comunidade escolar – a melhor forma de aplicá-lo. Tal fato, sem dúvida, veio modificar os hábitos até então instituídos em que as decisões ficavam centradas na mão do diretor. *Da decisão solitária passou-se à solidária no cotidiano escolar.* As associações passaram a ocupar lugar de relevância com vez, voz e voto nas assembleias.

Dia a dia, as unidades escolares se reestruturaram, tornando-se fortalecidas e capazes de definir o projeto político-pedagógico que atenda as reais necessidades da comunidade em que se encontram inseridas. Dentro desta vertente, espera-se que o diretor seja um dinamizador de todo o processo pedagógico, objetivando o aprimoramento das reais capacidades dos alunos e preparando-os para um mundo em constantes mutações. *Uma nova escola, uma nova direção.* Daí, a necessidade da presente pesquisa, que é a de constatar através de dados quantitativos e qualitativos as transformações ocorridas a partir da autonomia financeira: *mito* ou *realidade*.

Neste sentido, algumas hipóteses nortearam o trabalho: houve transformações no cotidiano escolar a partir da nova política pedagógica administrativa; os segmentos que compõe a comunidade escolar têm clareza do que seja autonomia, gestão participativa, compartilhada ou colegiada; existe coerência do discurso e da prática em relação à criação e participação dos conselhos e conseqüente autonomia?

## **1. O ESTUDO**

Tendo o cotidiano como pano de fundo, Pennin (1989) nos aponta esta riqueza, através de sua obra, na qual ratifica sua importância, para compreender o papel socializador da escola, quer seja na transmissão de conteúdos acadêmicos, ou na veiculação das crenças e valores que aparecem nas ações e interações, assim como nas rotinas e nas relações sociais que o caracterizam. Essas são as razões que fazem o cotidiano ser a fase embrionária de uma proposta democrática – colegiada e conseqüentemente autônoma.

Buscou-se também em Apple e Soares fundamentação para explicar as contradições existentes no espaço escolar assim sinalizado há muito: “As forças materiais ideológicas que promovem reprodução cultural e social também produzem ‘formas de resistência’ e que os efeitos advindos dos trabalhos educacionais no cotidiano escolar não sejam simples reflexos passivos” (Giroux, 1997, p.79).

No entanto foi preciso também leitura da obra de Lefebvre que *foi o primeiro autor a fazer da vida cotidiana objeto de uma reflexão filosófica e sistemática, conceituando práxis como totalidade em ato* (Pennin, 1996, p.13).

Castoriadis (1991) foi um dos pioneiros nos estudos de autonomia, Rodrigues (1992), Gadotti (1997), Freire (1996) e Demo (1986) em seus livros enfatizam a escola como espaço democrático *locus* do diálogo, da participação, da autonomia de todos os atores envolvidos no processo educacional.

Somente na metade do século XX o termo autonomia passou a ser associado a uma concepção emancipatória da educação e Fischer (1984, p. 22) ratifica:

Autonomia é uma fase, uma etapa de crescimento da organização social a ser buscada e ser mantida dinamicamente, onde aqueles que dela fazem parte não são meros executores e muito menos só delegadores de poder a seus representantes, mais sim criadores de suas normas (leis) de convivência.

Gadotti também referenda a idéia de autonomia atrelada a democracia: *A idéia de autonomia é intrínseca à idéia de democracia e cidadania – cidadão é aquele que participa do governo e só pode participar com graus de liberdade e autonomia para exercê-lo* (id, 1997, p.38)

A linha de pensamento dos autores estudados nos induz a afirmação que para se obter a autonomia é necessário criar espaços de experimentação, do novo, lutar contra o poder instituído e deste processo surgir parcerias num constante intercâmbio com a sociedade redimensionando a função social da escola e dos educadores referendada através da assertiva *... os homens criam e recriam, integrando-se à condições de seu contexto, respondendo aos seus desafios ... transcendendo-se ... fazendo história* (Freire, 1998, p.49)

Entende-se autonomia não como liberdade para agir como bem aprouver aos dirigentes, e sim a possibilidade de discutir e pensar os fatores relevantes para, coletivamente, decidir qual o melhor caminho para se atingir os objetivos, significando

**responsabilidade, prestação de contas, unidade e capacitação de comunicação** que só se efetivam num conjunto de medidas políticas que visem a participação, a saber: *Autonomia dos movimentos sociais; abertura de canais de participação; transparência administrativa* (Gadotti, 1997, p.49-50).

## 2. CAMINHADA METODOLÓGICA

A temática que esta pesquisa se propôs desenvolver, e fundamentalmente os elementos que a impulsionaram, determinaram a escolha de uma abordagem qualitativa de enfoque etnográfico.

Para fins do presente estudo adotou-se a abordagem iluminativa que *é mais uma estratégia geral de pesquisa e avaliação do que em método religioso* (André, 1988, p.p. 12-13). Esta denominação deriva da proposta de que o objeto seja estudado e analisado à luz do contexto ao qual pertence. O objetivo desta abordagem é estudar o tema, assunto, programa ou inovação como um todo; seus pressupostos e fundamentos, suas formas de operação, resultados e dificuldades, como as pessoas envolvidas no programa encaram suas vantagens e desvantagens. Em lugar de medida são preferidas a descrição e a interpretação.

Seguindo os passos desta abordagem, o presente trabalho desenvolveu-se em três estágios: exploração, levantamento de dados e organização; elaboração, identificação e coleta de dados; e a análise e interpretação dos dados coletados.

No 1º estágio fez-se o levantamento do universo das escolas estaduais do município de Nova Iguaçu com o respectivo quantitativo de alunos, professores e funcionários. De posse desses dados, apontaram-se 20% (vinte por cento) percentuais fidedignos.

UNIVERSO DA PESQUISA				UNIVERSO PESQUISADO			
Alunos	Professores	Pais/Comunidade	Funcionários	Alunos	Professores	Pais/Comunidade	Funcionários
9.540	2.555	1.010	720	1.908	511	202	144

No 2º estágio, elaboraram-se questionários diferenciados de acordo com as especificidades do grupo. Nesta etapa deu-se início ao trabalho de campo.

Em relação ao 3º estágio, houve a análise e interpretação. Nesta etapa, para melhor efeito de estudo foram grupadas as respostas por categorias e feitas as análises por itens ou bloco de informação e a seguir, construiu-se o documento contendo os resultados e considerações finais obtidas.

### **População-Alvo: objeto de reflexão do presente estudo**

O município de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro) é composto de territórios<sup>1</sup> denominados setores de planejamento integrado assim distribuídos: Centro (32 localidades); Sudoeste (11 localidades); Noroeste (8 localidades) e Nordeste (11 localidades). Dentro desse território, serão indagados/pesquisados vinte por cento do segmento dos professores, alunos e funcionários e pais de cada unidade de ensino das 66 (sessenta e seis) escolas que compõem o universo da rede estadual, composta por escolas regulares e CIEPs<sup>2</sup>. O percentual de vinte por cento do universo de 66 (sessenta e seis) escolas estaduais, corresponde aproximadamente 12 (doze) escolas.

A pesquisa foi aplicada a professores, alunos, funcionários e pais de forma randômica utilizando-se como instrumento questionário misto permitindo desvelar o objeto da pesquisa *Autonomia Financeira: mito ou realidade no cotidiano das escolas do Município de Nova Iguaçu*.

Após o recolhimento dos dados, os mesmos foram tabulados e transformados em gráficos, possibilitando também a visualização do quadro apresentado.

Os questionários possuem o mesmo teor para as categorias apresentadas, permitindo o confronto dos dados, no sentido de extrair a veracidade das informações.

### **Caracterização geral das unidades escolares**

Situam-se na periferia da cidade de Nova Iguaçu, sendo o nível socioeconômico destas comunidades de baixo poder aquisitivo, formada em sua maioria por pedreiros, empregadas domésticas, biscateiros. Poucos trabalham com carteira assinada.

Quanto ao aspecto da saúde pública, o atendimento é precário com poucos postos de saúde, o que faz com que a população tenha que se dirigir aos hospitais de grande porte no centro de Nova Iguaçu e na cidade do Rio de Janeiro. Quanto às condições de saneamento, detectamos ser de regular a insuficiente.

---

<sup>1</sup> Fonte: Atlas Geográficos atualizado da Cidade de Nova Iguaçu s/d Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu

<sup>2</sup> Centro Integrado de Educação Pública (Projeto idealizado pelo Prof. Dr. e sociólogo Darcy Ribeiro na primeira gestão do Governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro – Brasil)

O comércio é composto de “pequenas vendas” denominadas “biroskas”. No entanto o que chamou nossa atenção foi o número de casas de materiais de construção, demonstrando ser área em franca expansão populacional.

Encontramos em determinadas áreas pesquisadas quadras de esportes públicas (iniciativa da PMNI), porém a maioria é desprovida deste benefício. Por isso, as dependências das escolas, única área de recreação disponível, são utilizadas nos fins de semana pela comunidade.

A religião está muito presente nestas comunidades. Encontramos inúmeros templos evangélicos (maioria), poucas igrejas católicas, e também centros espíritas.

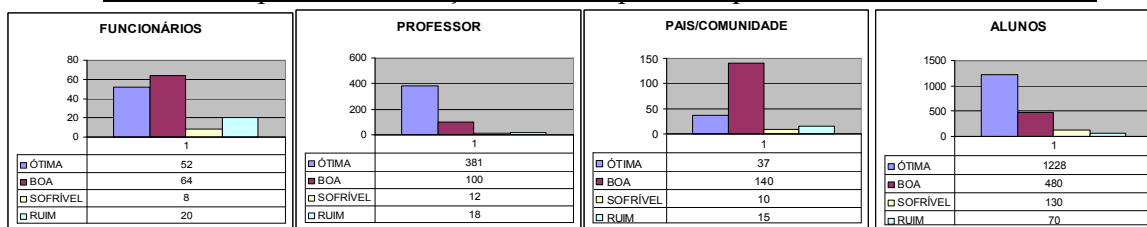
Quanto aos meios de transportes, podemos considerá-los bons, com várias linhas de ônibus. No entanto devido ao desencontro entre governos Estadual e Municipais, muitos alunos são impedidos de transitar nos ônibus gratuitamente, ocasionando um transtorno às escolas quanto à assiduidade.

Em relação ao atendimento educacional, optamos por considerar regular devido ao número de crianças e jovens existentes nas localidades. A cada dia, surgem novos conjuntos habitacionais e as escolas existentes não dão conta do atendimento a todos que desejam ingressar ou retornar aos bancos escolares.

Um item a ressaltar é que, nos locais pesquisados, existem associações de bairro que realizam um trabalho efetivo na comunidade lutando por melhoria das condições de vida local, assim como se fazem presentes junto às direções escolares, contribuindo efetivamente para a qualidade do atendimento, dando respaldo às ações da gestão, o que sem dúvida acarreta benefícios para ambas as partes.

### Representação Gráfica e Análise dos Dados Coletados e Apresentados

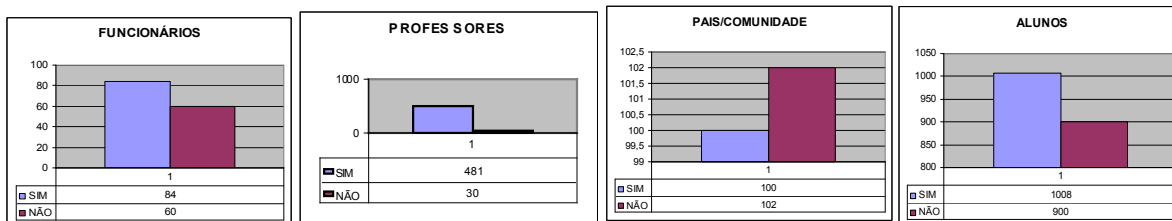
Como você percebe as relações entre as pessoas que trabalham na sua escola?



Em relação à primeira pergunta quanto às relações entre as pessoas que trabalham nas escolas, pais, funcionários, alunos e professores foram unânimes em apontar como boa, significando dizer que a convivência, o trato como o outro é ponto relevante e nos

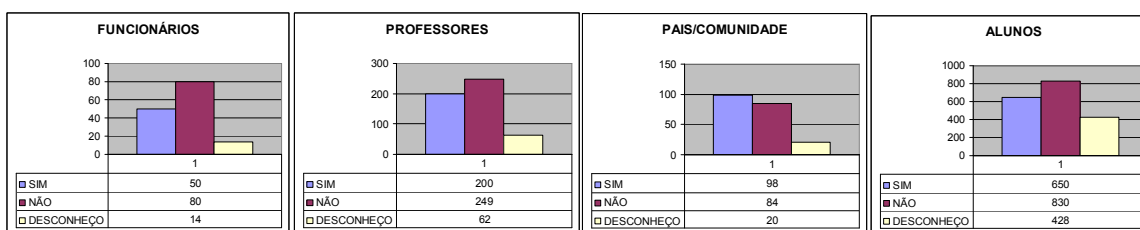
remetemos ao pensar: “Se eu não sou capaz de ver o outro como legítimo outro, não tenho preocupação ética” (Maturama, 2001, p. 5).

### Existem espaços de participação na escola?



Quanto à segunda, se existe espaço de participação, o **sim** aparece expressivamente apesar de nas categorias funcionários, pais e alunos o **não** despontar significativamente demonstrada nos gráficos, e nos induz afirmar que as Unidades Escolares necessitam ampliar suas ações não se restringindo aos professores, o que ficou clarificado pelos respondentes.

### Você já participou de reuniões para discutirem problemas referentes à utilização das verbas para a escola?

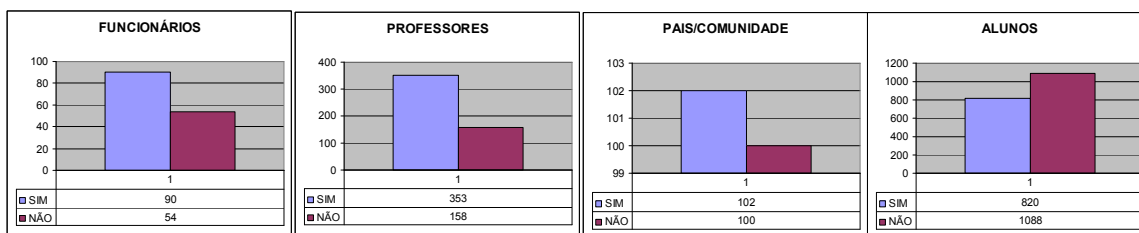


No terceiro questionamento, os respondentes foram bem diretos em relação à inferência nas reuniões para a utilização da verba. Funcionários, alunos e pais afirmaram contundentemente não, como também desconhecem. Em relação aos professores observa-se uma equiparação entre o sim e o não seguido do desconheço.

Os dados apurados na segunda e na terceira indagação demonstram que há necessidade de investir em um processo de comunicação mais ágil, com fluidez, no qual todos tenham conhecimento do que ocorre nos espaço escolar, pois “a escola é um espaço da comunidade e uma das suas funções e a organização ... e inclusão de todos” (SMESP,<sup>3</sup> in Lima Licínio, 2002, p.62).

<sup>3</sup> SMESP – Secretaria Municipal do Estado de São Paulo

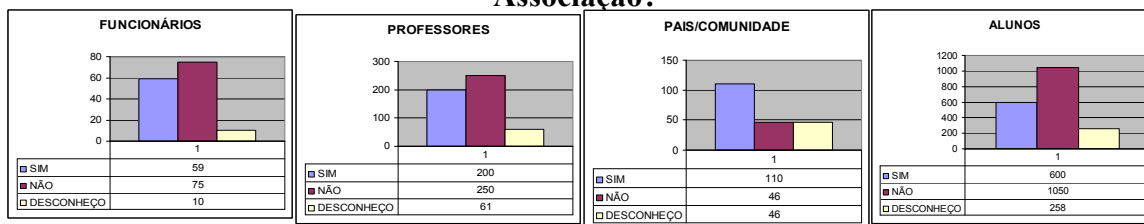
## Você tem conhecimento do que seja autonomia financeira ?



Quanto à quarta pergunta, se sabem o que é autonomia financeira, professores e funcionários afirmaram ter conhecimento. Em relação aos alunos, foram uníssonos na afirmação do **não** e corroboram o mesmo ao afirmar que não participam das reuniões como também as desconhecem. Em sua maioria afirmaram não terem sido convocados, como também há desinteresse. No entanto, os pais, majoritariamente, afirmam ter conhecimento, o que sinaliza a importância de inserir a todos. *Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão também [...] é pouco ainda ...* (Freire, 1996, p.p. 20-5)

O autor enfatiza a importância do processo de comunicação em todos os níveis do espaço escolar de forma paritária. Inversamente ao que a pesquisa nos mostrou, alguns seguimentos são bem informados, outros não.

## Você, em algum momento, já participou da reunião para escolher os Membros da Associação?



Em relação à quinta questão, os professores contradizem a questão anterior ao responderem não, desconhecendo as reuniões para escolha dos membros da associação como também afirmaram nunca terem participado; em relação aos alunos, reafirmam o explicitado anteriormente: nunca participaram das reuniões, como também ratificam não terem sido convocados.

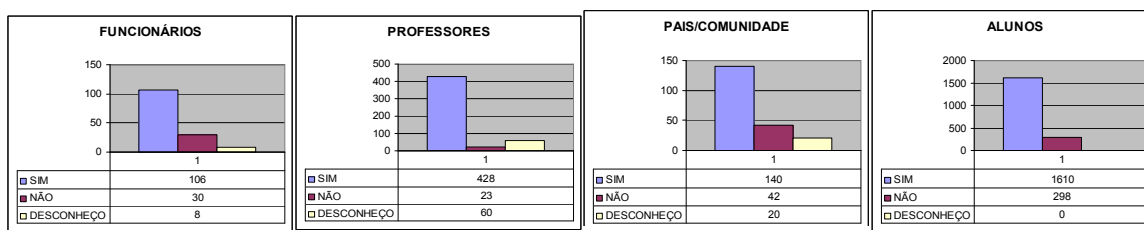
Os pais, já dito anteriormente, responderam afirmativamente já terem participado de reuniões da associação, porém, analisando os dados apresentados, identifica-se uma



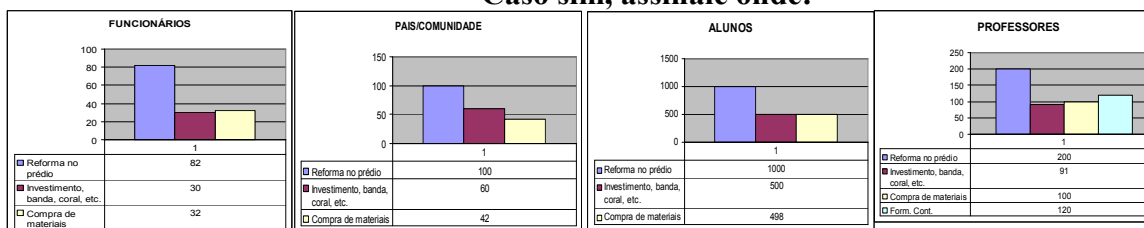
média elevada de pais desconhecendo e não participando das reuniões e retomo o dito anteriormente, a falta de comunicação igualitária entre todos os seguimentos, uma vez que os professores negativamente se posicionaram. Seguindo as determinações da SEEDUC/RJ, todas as escolas públicas, por força da legislação, devem ter uma associação de pais e professores e um conselho escolar enquanto órgãos que funcionem como braço financeiro das escolas para recebimento dos diferentes recursos, merenda, manutenção e etc.

É condição *si ne qua nom* que os diretores lancem mão das associações para terem suas planilhas financeiras aprovadas e conseqüentemente enviadas à SEEDUC/RJ e posteriormente ao Tribunal de Contas por tratar-se de dinheiro público. A transparência é princípio indispensável ao bom andamento da unidade escolar.

### O recebimento direto da verba, pela escola, trouxe melhorias?



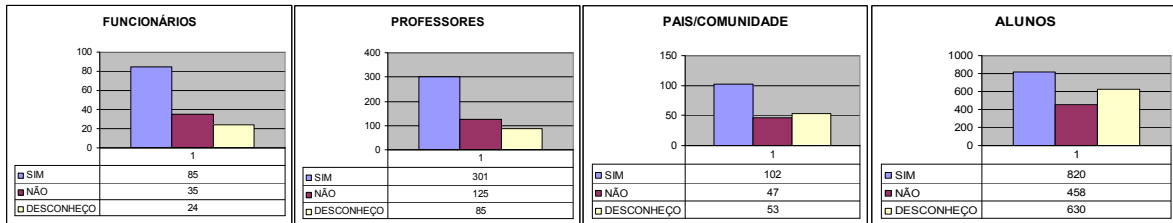
### Caso sim, assinale onde:



Quanto à sexta questão o **sim** foi unânime nos segmentos pesquisados, significando dizer que a descentralização das verbas trouxe benefícios à escola, visíveis por todos, e aponta a utilização em reformas do prédio, investimentos em projetos e aquisição de materiais. Inclusive os professores sinalizaram investimento na formação continuada, demonstrando que as direções estão empenhadas num trabalho pedagógico de qualidade, atendendo às reivindicações da comunidade interna e externa através de projetos que envolvam todos, modificando a cara da escola. **Mudar a cara da escola implica também em ouvir meninos e meninas, comunidade de bairros, pais, mães,**

**professores, supervisoras, zeladores e merendeiras enfim todos ...** (Freire, 1996, p.p. 15-8)

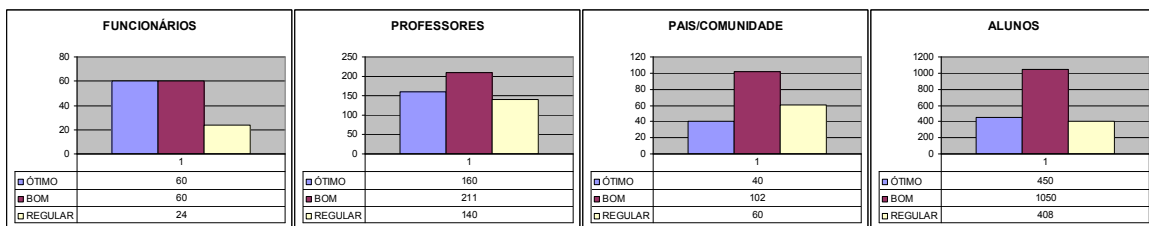
## Existe prestação de contas do dinheiro recebido



A sétima indagação deu continuidade à questão anterior em relação aos destinos das verbas e se têm ciência da prestação de contas. Em relação às respostas dos pais houve equilíbrio (se assim podemos nos expressar) quanto aos alunos despontou um expressivo **não** seguido do **desconheço**, em relação aos funcionários e professores afirmaram ter conhecimento da prestação de contas.

Extraí-se da análise desta questão, que professores e funcionários por estarem mais próximos da direção têm ciência dos acontecimentos, o que não ocorre com pais e alunos. Fica uma indagação em relação a este distanciamento, que foi uma tônica presente nas escolas pesquisadas.

## Sinalize o trabalho da escola de acordo com o seu nível de satisfação



A última questão contradiz a anterior em todos os segmentos. O nível de satisfação em relação à escola foi considerado pela maioria dos respondentes como **bom** e **ótimo**.

Apreende-se das questões analisadas que as direções, em sua maioria, já incorporaram o sentido/objetivo da autonomia como uma conquista coletiva e para seu efetivo funcionamento é preciso a atuação dos conselhos escolares e das unidades executoras.

Todos os envolvidos no processo escolar têm que caminhar na direção de uma escola de qualidade no processo administrativo-pedagógico, que se concretiza através da formação de uma consciência crítica nos estudantes. Quanto à coletividade, o fato de não terem medo de se expressar (tal fato foi constatado no ato da pesquisa) é sinal de

que o processo democrático deu início à sua instauração, desencadeando expectativas e esperanças na construção de um espaço escolar onde a convivência, o respeito ao outro seja uma prática cotidiana, equilibrando as forças internas e externas, no sentido de no futuro se obter sinergia através de um grupo dinâmico de trabalho (equipe escolar), caminhando na mesma direção com atitudes produtivas e pró-ativas, indo ao encontro das escolas dos sonhos, “a escola que diz sim a vida, a escola do prazer, o espaço do fazer amigos, do diálogo, da convivência em grupo” (Freire, 1996).

Convivência esta, que só se realiza no espaço democrático através de uma gestão que propicie oportunidades de autonomia aos segmentos envolvidos, identificando a escola como espaço público de fato, reconhecendo-a e ocupando-a.

### **Considerações finais**

Do estudo realizado, apreende-se que a autonomia se faz presente nas escolas através da imposição da lei. No entanto, a comunidade escolar abraçou a idéia tornando-a um compromisso coletivo que deve ser levado a termo por todos os atores sociais que convivem no espaço escolar.

No decorrer da pesquisa constatamos avanços e retrocessos que fazem parte do processo democrático e parafraseando Demo (1996) para ocorrer crescimento é preciso diálogo, o dissenso, o fazer em grupo no caminhar do consenso.

Neste sentido, professores, pais, funcionários e alunos se posicionaram em alguns questionamentos contraditórios, porém ao término das indagações chegam a um denominador comum: a autonomia financeira trouxe melhorias visíveis ao espaço escolar.

Quanto à falta de comunicação igualitária entre todos os segmentos, identificamos que esta prática é resquício de uma escola tradicional onde o professor era o centro do processo. No entanto, detectamos que o processo democrático instalado nas escolas é uma conquista dos seus usuários e que aprender a trabalhar em conjunto é um objetivo de formação que se impõem hoje para todas as pessoas.

Ficou nítida a “realidade”, o que realmente ocorre nas escolas: a falta de maiores esclarecimentos por parte das direções do significado real de autonomia. Com a mudança de postura, estarão atuando como verdadeiros líderes “O diretor, como um

símbolo de cooperação, é um dos elementos chave para a formação e para a reforma da cultura da escola” (Fullan e Hargreaves, 2003, p. 107).

Esta premissa fará com que toda a comunidade escolar técnica-administrativa-pedagógica tenha como meta a autonomia, que significa o sucesso da escola e o conseqüente objetivo maior da sua existência que é o sucesso dos estudantes, a formação para a vida.

Ao final deste trabalho entendemos que autonomia financeira no cotidiano das escolas estaduais do Município de Nova Iguaçu não é um mito e sim uma verdade incontestável, tendo a provação da comunidade escolar apontando muitas conquistas.

No entanto ficou claro que há um longo caminho a trilhar na busca do ideal, mas que o real constatado na pesquisa nos deixa esperançosos da **escola que desejamos para as gerações futuras, pautada na transparência, na flexibilidade, no diálogo e aberta as inovações. (grifo nosso )**.

#### **Referências bibliográficas:**

APPLE, M W. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CASTORIARDIS, C. *A criação histórica: o projeto pela autonomia*. Porto Alegre: Palmerina, 1991.

DEMO, P. *Pobreza política*. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. *Participação é conquista: noções de política social e participativa*. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. *Avaliação qualitativa*. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. *Desafios modernos da educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

ESTEVÃO, C. A. V. *Educação, justiça e democracia: um estudo sobre as geografias da justiça em educação*. São Paulo: Cortez, 2004.

FISHER, N de. Espaços de autonomia, *Revista da Educação AEC do Brasil*, n. 54, p.21-29, 1989.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FULLAN, M; HARGREAVES, A. *A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

GADOTTI, M e Romão J. ( Org ). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez, 1997.

GIROUX, H. A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LIMA, L. C. *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MATURAMA, H. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PENNIN, S. T. S. de. *Quotidiano e escola: obra em construção*. São Paulo: Cortez, 1996.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual de Educação. Resolução N.º 1925 de 04/04/95, torna obrigatório a autonomia das escolas e conseqüentemente criação da A. A. E.

\_\_\_\_\_. Gabinete do Governador Lei nº 3067 de 25 de setembro de 1998, publicado no D.O de 29/09/98 que dispõem sobre a autonomia.

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual de Educação. Resolução N.º 2727 de 08/12/04, complementa a Lei 3067 de 25/9/1998.

RODRIGUES, N. *Da mistificação à escola necessária*. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, M. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1991.

**FINANCIAL AUTONOMY: MYTH OR REALITY IN THE QUOTIDIEN OF  
STATE PUBLIC SCHOOLS IN NOVA IGUAÇU  
(2006-2007)**

Ilda Maria Baldanza Nazareth Duarte

**Researchers:**

Norma Sueli Sampaio Gomes

**Colaborators:**

Jane Santos Feu de Abreu  
Maria Aparecida Ferro Marins  
Marli Gomes Pinheiro

Ana Carolina Mota dos Santos  
Ana Regina Cavalcanti

**ABSTRACT:** This project aimed at identifying, through field research, if financial autonomy is a myth or an evidence in the basis of the schools, therefore revealing thinking and making in the context of autonomy.

**KEY WORDS:** Financial autonomy. Participation. School community.